



BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

HUMBERTO DANTAS

OUTUBRO 2017

O tempo político e a crise política

Não parece haver nada que expresse melhor a ansiedade que se vive no Brasil que o desejo de alguns agentes, sobretudo do mercado econômico, em determinar o fim da crise política que o país atravessa. Infelizmente esse horizonte ainda está distante. E razões não faltam para que isso seja percebido. Três pontos deixarão tal argumento fortalecido ao término desse texto, que obviamente pode ser debatido e contar com expressivos graus de discórdia. O primeiro ponto diz respeito à reforma política, o segundo ao ambiente político e o terceiro ao cenário eleitoral de 2018. Todos eles estão absolutamente inter-relacionados.

A Reforma Política

As avaliações sobre a reforma política variam entre “a melhor possível dentro de um cenário de não convergência e ameaça severa de piora ao longo dos debates” à sensação de que mais uma vez se fez pouco e de forma corporativista “mais uma reforma pequena e questionável”. O fato é que pouco se alterou em relação ao que muitos esperavam, mas algumas mudanças merecem a máxima atenção por parte dos eleitores, sobretudo no que diz respeito às suas consequências e impactos.

Primeiramente deve-se atentar para a imposição de uma cláusula de desempenho imposta aos partidos políticos. Ao contrário dos países em que tal elemento impossibilita a entrada de agentes e seus candidatos nos parlamentos, o que se verá no Brasil é apenas o impedimento ao acesso a recursos públicos como o Fundo Partidário e o horário eleitoral gratuito em rádio e

televisão – o que pode ser entendido como um gesto tímido e pouco corajoso. O percentual exigido para tal mecanismo é progressivo até 2030, e começará em 1,5% dos votos válidos para deputado federal no plano nacional, com pelo menos 1% em nove estados da federação. Em meados da década de 90, com o objetivo de colocar em prática tal instituto no pleito de 2006, uma cláusula mais ácida foi aprovada estabelecendo em 5% o desempenho. A justiça considerou, após as eleições daquele ano em que se inaugurava a vigência do novo instrumento, a lei inconstitucional.

Tendo em vista o que se aprovou em 2017 e com base nas eleições de 2014, ao todo seria possível esperar que 18 partidos políticos atingissem o corte necessário para a distribuição dos recursos, algo muito aquém dos desejos transformadores de parte dos críticos que enxergam no alto número de partidos brasileiros subsidiados com recursos públicos um problema agudo. Seriam eles: PRB, PDT, PTB, PSC, PR, PSB, PV, SD, PSDB, PPS, DEM, PSD, PROS, PP, PMDB, PSOL, PT e PC do B. Como alternativa, se uma legenda elege nove deputados em estados diferentes ele será considerado na relação de grupos aptos, algo que não ocorreria adicionando partido com base em 2014.

Se por um lado a nova lei busca, mesmo que timidamente e em abrangência menos aguda que aquelas aprovadas em outrora, afastar partidos da distribuição de recursos, por outro parece dar um empurrão nas pequenas legendas. Isso porque é praticamente consensual entre aqueles que estudam o

BRASIL**EM FOCO**

OUTUBRO 2017

www.kas.de/brasil

sistema eleitoral brasileiro que impedir partidos que não atingiram o quociente eleitoral num pleito proporcional de participar da distribuição das sobras pelo cálculo das maiores médias servia como uma cláusula de desempenho especificamente aplicada a cada uma das realidades onde a disputa ocorria. Pois se o Congresso Nacional apertou por um lado, com a exigência inicial de 1,5% dos votos válidos, afrouxou pelo outro. Assim, determinou o fim desse impedimento, e as legendas e coligações (até 2018) que não atingirem o quociente eleitoral, poderão participar da distribuição das sobras de cadeiras, beneficiando eventualmente seus candidatos individualmente bem votados. Isso significa que puxadores de votos continuarão tendo peso ainda mais expressivo em realidades eleitorais, e as legendas que se sentirem ameaçadas pelo desempenho global poderão procurar arrefecer tal temor com nomes fortes em ao menos nove estados e a despeito do desempenho global.

Um segundo ponto que merece destaque está associado, justamente, ao fim das coligações em eleições proporcionais a partir de 2020. A reforma não teve a coragem de avançar na mudança para 2018, e o cenário de incerteza causado por tal definição será testado nos municípios. Aqui é importante salientar que por mais que analistas façam simulações com base em pleitos passados, qualquer tentativa dessa natureza é muito frágil, tendo em vista as quantidades de parlamentares que serão lançados pelos partidos a partir da nova medida que os isolam nas disputas. Com uma esperada alteração nas estratégias é possível afirmar que o tempo é quem dirá o que de fato ocorrerá. Uma coisa é certa: o desejo de o eleitor que vota na legenda A e sente que seu voto elegeu o candidato do partido W, coligado a A, acabará. Para muitos isso é o sentido maior da mudança: tornar o sistema mais compreensível e menos

capaz de gerar incertezas, distorções e indefinições, a despeito de as coligações serem oficialmente registradas e, em tese, conhecidas do eleitorado.

O terceiro ponto mais acentuado da reforma política diz respeito à criação de um fundo capaz de subsidiar as eleições em aproximadamente R\$ 1,7 bilhão a valores atuais. O primeiro desafio é compreender de que forma esse recurso será dividido, e a primeira polêmica se faz presente: 2% do dinheiro subsidiará igualmente todos os partidos, 35% igualmente entre as legendas com ao menos um deputado federal eleito, 48% proporcionalmente às bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados em 28 de agosto de 2017, e 15% proporcionalmente às bancadas das legendas no Senado nessa mesma data. A decisão é criticada pelas pequenas agremiações, mas também pelo fato de considerar datas futuras às últimas eleições, o que mostra o apreço pela infidelidade partidária dentro das possibilidades de migração, sobretudo àquela ocorrida na janela de transferência de 2016.

Outra questão está atrelada à ideia da origem dos recursos públicos. O dinheiro virá de parte das emendas de bancada dos legisladores e do que o governo isenta emissoras de rádio e TV para a transmissão da propaganda partidária (fora dos períodos eleitorais) que seria extinta. O possível fim desse contato dos partidos com a sociedade pode determinar novas formas de se estabelecer estratégias eleitorais e organizacionais. É sabido de grande parte dos brasileiros que as legendas utilizavam esses espaços para ataques a adversários eleitorais e para o teste de alguns nomes e ideias para pleitos vindouros. Recentemente, em 2014, por exemplo, foi por meio desse canal que o PT lançou a bem sucedida campanha “fantasmas do passado”, que teve sequência na campanha de Dilma Rous-

BRASIL**EM FOCO**

OUTUBRO 2017

www.kas.de/brasil

seff à reeleição e tinha como principal objetivo fustigar a imagem do PSDB, o atrelando às dificuldades econômicas vividas no final dos anos 90 e começo dos anos 2000 em contraste à prosperidade econômica, principalmente no governo Lula.

Em relação aos recursos para campanha, a reforma política também manteve a possibilidade de as pessoas físicas, sem limites uniformizados, doarem 10% de suas receitas com base no ano anterior para campanhas. Isso significa que o limite de até 10 salários mínimos foi vetado. Ademais, foram estabelecidos limites para campanhas: R\$ 70 milhões para o primeiro turno e R\$ 35 milhões para o segundo turno presidencial; entre R\$ 2,8 milhões e R\$ 21 milhões para governador, a depender do tamanho do eleitorado de cada estado, o mesmo se estabelecendo para Senador em intervalo de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5,6 milhões – estranho aqui que em eleições igualmente majoritárias as diferenças entre o cargo de governador e senador seja tão acentuada.

Em relação ao financiamento por cargo, o mesmo não se fez com candidatos a deputado federal – R\$ 2,5 milhões a despeito do estado – e estadual / distrital, com limite uniforme estabelecido em R\$ 1 milhão. Curiosamente o quociente eleitoral no Brasil – total de votos necessários para a ocupação de uma vaga em pleito proporcional – varia em mais de 10 vezes no caso da Câmara dos Deputados. Em 2014, por exemplo, enquanto Roraima demandava de uma legenda ou coligação pouco menos de 30 mil votos para a eleição de um deputado federal, São Paulo exigia mais de 300 mil votos. Seria possível estabelecer um cálculo capaz de considerar essas e outras diferenças para a construção de tetos em realidades tão distintas?

Por fim, a redução das exigências partidárias para a participação de candidatos em debates e a necessidade de se estabelecer o voto impresso, a despeito de dificuldades econômicas, também surgiram. Toda essa pauta consumiu ao menos dois meses de intensos trabalhos na Câmara dos Deputados e no Congresso como um todo, e a pauta das grandes reformas demandadas pelo mercado foram deixadas de lado.

O ambiente político

O tempo destinado a tais debates atrelados à reforma política foi maior que a ansiedade de muitos. Mas é necessário compreender que entre o desejo do mundo econômico, ou mesmo social, e o interesse daqueles que olham para as eleições de 2018 com grande preocupação existe uma diferença e uma distância que tendem a ser decepcionantes para quem não compreende o ritmo da política nacional. Assim, era mais do que esperado que o país mergulhasse em intensos debates acerca das transformações do sistema eleitoral, a despeito de os resultados terem frustrado parcelas de cidadãos que esperavam mais profundidade nas transformações.

Para além de todo esse desafio um ponto adicional merece absoluta atenção. O ambiente político brasileiro se mantém expressivamente desgastado. As pesquisas de opinião demandam olhar acurado em dois pontos centrais. Primeiramente é necessário compreender que Michel Temer amarga índices absurdamente baixos de aprovação. Alguns institutos apontam para aprovações que não ultrapassam sequer 5%, o que existe de pior em matéria histórica. Compensa tal resultado sua capacidade absolutamente extraordinária de negociar com o Legislativo, bem como de dialogar com setores estratégicos dos organismos de justiça. A despeito do ativismo das investigações contra a corrupção, o presidente tem colhido

BRASIL
EM FOCO
OUTUBRO 2017

www.kas.de/brasil

bons resultados junto, por exemplo, à justiça eleitoral.

Se é hábil institucionalmente no campo formal, o presidente é ruim em matéria de comunicação e incapaz de transformar algumas notícias e ações positivas em aplausos. Alguns especialistas afirmam que governos impopulares têm capacidade extraordinária para tomarem medidas mais azedas aos olhos da sociedade; a questão, no entanto, é compreender até onde vai a paciência de uma sociedade que se notabilizou, entre 2013 e 2016, por intensas manifestações. O fato é que o Poder Executivo dialoga bem demais com o Legislativo e aprova muitas de suas pautas, incluindo o afastamento de acusações como as duas inéditas ações movidas pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Livrar-se de tais peças, no entanto, custou caro, e diversas reportagens trataram de mostrar o que o presidente teria cedido, em bilhões de reais em emendas, cargos, medidas provisórias, isenções, perdões de dívida, subsídios etc. para aglomerar maiorias e afastar seus riscos de queda. Para muitos isso é apenas o ritmo natural de um presidencialismo de coalizão que sempre terá que negociar com o Congresso Nacional, sendo Temer mais refém em algumas situações extremas. Para outros se trata de um semi-parlamentarismo, o que não parece encontrar lógica e tampouco razão histórica para ser tratado dessa maneira. A despeito do que se tenha como conclusão, o fato é que o parlamento se mostra forte como sempre foi.

Passada a segunda denúncia da PGR, apaziguados os ânimos no Ministério Público com a saída de Rodrigo Janot e a chegada de Raquel Dodge, estaria Michel Temer mais à vontade para avançar em reformas estruturais entendidas como essenciais? A primeira

alteração estratégica parece menos atrelada ao universo das mudanças legais e mais afeita a uma reorganização política. As duas votações que salvaram o presidente nos últimos meses na Câmara dos Deputados mostraram rachas preocupantes em sua base. Alguns partidos, e parlamentares, não entregaram no plenário aquilo que possuem no Planalto. Ou seja: as votações que salvaram Temer não expressaram muitos dos esforços na distribuição de recursos. Seria o instante de se promover uma reforma ministerial capaz de premiar quem atuou por um governo extremamente impopular. Seria?

Difícil dizer e, principalmente, ter certeza que algo profundo ocorrerá. No campo das reformas estruturais o mesmo pode ser dito. A despeito das mudanças que ocorreram na lei trabalhista, no ensino médio, na lógica fiscal etc. o fato é que Temer ainda é muito cobrado pela reforma da Previdência, vista por muitos como a mais urgente e essencial. O Congresso Nacional, definitivamente, não responde ao ritmo dos mais ansiosos nessa matéria. Partidos da base não afinam discurso. A CPI da Previdência afirma que o sistema não é deficitário, o que gera polêmica em relação a uma série de visões sobre o fenômeno. O PSD fala que acredita na reforma, mesmo que minimizada em relação à pauta inicial. Mas o partido possui o ministro da Fazenda, que certamente se beneficiaria da ação e poderia se fortalecer como pré-candidato à Presidência caso a economia se reaquecesse a partir de tal definição. Em contrapartida, partidos como o PSDB e o PR, por exemplo, acreditam que em 2018 seria impossível investir sobre o tema, e que o ano de 2017 está perto do fim. A medida, assim, deveria ser levada adiante pelo próximo presidente eleito. Qual medida? A distância entre o projeto prometido em meados do ano passado, aquele que chegou ao Legislativo apenas no final de 2016 e o que se

BRASIL**EM FOCO**

OUTUBRO 2017

www.kas.de/brasil

pretende discutir, sem qualquer certeza de aprovação agora, é um verdadeiro abismo. E quanto mais perto das eleições se fica, menores as chances de algo prosperar com a profundidade desejada por alguns.

Adicionalmente a todo esse universo complexo de pautas e percepções em relação ao governo, é fato que o ativismo judicial e o combate à corrupção continuam em evidência no Brasil. Depoimentos, delações, declarações e toda uma sorte imensa de posicionamentos de agentes acusados colocam o presidente numa situação que se tem mostrado delicada desde maio de 2016, quando substituiu provisoriamente a ex-presidente deposta Dilma Rousseff (PT). As pautas acusatórias vão muito além de Michel Temer, mas indiscutivelmente é sobre a figura do presidente e de seu grupo político que os holofotes se concentram.

Eleições 2018

Com base em todo esse cenário de incertezas política e indefinições acerca de pautas, acusações e reformas das mais diversas, fica a questão central: o que será das eleições de 2018? Essa é a pergunta que certamente mais agita os bastidores políticos de Brasília. Não apenas porque existe expressiva indefinição no campo presidencial, mas também porque o desgaste da política, as novas regras eleitorais, o ativismo judicial e o aparente desejo de renovação são alguns dos pontos que colocam partidos e representantes em um sinal de alerta poucas vezes visto no Brasil. O que será do pleito do ano que vem? Quase impossível dizer, mas para muitos as recentes eleições para governador no Amazonas seriam uma pista. E o que houve no estado nortista?

O ex-governador foi cassado pela justiça eleitoral e novo pleito direto foi convocado. Dois velhos conhecidos do elei-

torado local foram ao segundo turno: Amazonino Mendes (PDT), o vencedor, e Eduardo Braga (PMDB). O resultado mostra o centralismo dos partidos e certa incapacidade de atender à lógica ainda pouco organizada de renovação. Mas representa também um desinteresse expressivo dos eleitores. No segundo turno, abstenções, votos brancos e nulos somaram mais de 50% do eleitorado, algo já presente em algumas cidades do país em 2016. Em 2014, por exemplo, José Melo (PROS) e Eduardo Braga (PMDB) somaram cerca de 1,6 milhão de votos no segundo turno, enquanto em 2017 a soma dos dois adversários chegou a apenas 1,3 milhão, ou seja, 20% menos que na eleição passada.

Se o ritmo é esse, mais uma vez a pergunta merece atenção: o que será do pleito de 2018? Seria importante um nível de conscientização e participação, principalmente, para as escolhas do Congresso Nacional – lembrando que no Senado haverá voto para dois representantes por estado. Mas a despeito de tal aspecto as atenções estão voltadas para o plano presidencial. E aqui o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é figura absolutamente central. A eleição com ele terá uma característica, sem ele o ambiente parece diferente. Lula será agente central se puder disputar o pleito. Aparentemente é a justiça que dará palavra final nesse sentido. O ex-presidente lidera todas as pesquisas até o instante, sempre com percentuais em torno ou acima de 30 pontos. O resultado contrasta com sua alta rejeição, acompanhada por tantos outros políticos que levariam o pleito a uma sensação de se votar contra o que se teme mais, e não a favor de algum plano efetivo. Para muitos, isso ocorre assim faz tempo, e 2014 seria um bom exemplo do quanto se votou contra Dilma Rousseff e o PT, ou contra Aécio Neves, o PSDB e o que se convencionou chamar de “fantasmas do passa-

BRASIL**EM FOCO**

OUTUBRO 2017

www.kas.de/brasil

do". Assim: com Lula candidato uma vaga no segundo turno estaria reservada, e os discursos dos adversários seriam uma busca pela qualificação de derrota-lo na segunda rodada.

Sem ele o pleito estaria mais aberto, com uma divisão mais ampla de votos pelos candidatos testados. Mas aqui é fato que uma de suas missões seria buscar transferir votos para um indicado do PT. Uma eventual novidade teria mais chances aqui? Difícil afirmar, pois a centralidade dos partidos políticos tende a concentrar a disputa como mostrou o caso do Amazonas.

Quem contraria tal lógica é Jair Bolsonaro (PSC – sem partido). A despeito de ter mudado de legenda e estar filiado ao PSC, onde chegou na janela de 2016 após deixar o Partido Progressista, o deputado federal do Rio de Janeiro afirma que não ficará em sua atual agremiação. Teria flertado com diversos grupos, mas é do pequenino Partido Ecológico Nacional (PEN), que teria mudado de nome e adotado a alcunha de Patriota, que estaria mais próximo. Qual a estrutura dessa legenda para crescer numa eleição? O que ocorrerá com o candidato quando for atacado por seus adversários e não tiver tempo para se defender? Seria possível ir ao segundo turno sem a estrutura partidária necessária? De onde virá o recurso de sua campanha se o Patriota (ou PEN) tem parcela mínima dos fundos e tempos de exposição na mídia? A estratégia das redes sociais que levam Bolsonaro a cerca de 20% das intenções de votos é capaz de dar sustentação numa disputa renhida? Improvável, mas não é impossível.

O mesmo problema atravessaria a possível candidatura de Marina Silva (Rede), que se encontra em terceiro lugar nas pesquisas. Se em 2010 a acreana foi a novidade inesperada que chegou a quase 20% dos votos pelo PV, em 2014

lhe faltou a estrutura de um partido desnordeado pelo falecimento trágico de seu principal líder e, até então, candidato, Eduardo Campos (PSB). Nesse sentido, por mais que a Rede seja seu projeto partidário compartilhado com um grupo engajado, ao que tudo indica a falta de estrutura também pode pesar de forma expressiva aqui. Assim: se partido ainda conta alguma coisa, é improvável que esses candidatos sustentem índices expressivos de adesão aos seus nomes.

Sobraría assim para candidatos e partidos mais estruturados. Pela esquerda, Ciro Gomes (PDT), que a despeito de uma língua que não parece ter a dimensão exata do que diz, se mantém correndo o país em busca de viabilidade eleitoral. Seu nome não avança no ritmo de seus esforços, mas sempre pontua em algo em torno de 5%. Pelo campo da centro-direita estariam as maiores expectativas de setores do mercado econômico em busca de estabilidade. O discurso de muitos analistas aqui é simples, pra não dizer simplório: partidos como PSDB, PMDB, DEM, PSD e PP, por exemplo, seriam capazes de encontrar uma candidatura única que chegaria com muita força ao pleito. Diversos desafios aqui se mostram complexos: que nome é esse? No PSDB estariam as principais apostas, e a guerra entre Geraldo Alckmin e João Dória estaria, nesse instante, dando vantagem plena ao primeiro. O prefeito de São Paulo não deixou o ritmo de campanha, e suas declarações polêmicas, bem como sua ausência na capital paulista, começam a lhe custar caro. João Dória, literalmente, teria "queimado a largada" e colocado em risco a sua relação com o seu principal fiador político, o governador de São Paulo. Acompanham de longe essa disputa o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio e o ex-governador de São Paulo, José Serra. Aécio Neves, que insiste em ficar na presidência nacional do partido atrapa-

BRASIL
EM FOCO
OUTUBRO 2017

www.kas.de/brasil

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, professor universitário, colaborador e conselheiro da KAS.

lharia todo o movimento tucano, pois pensando em se salvar não permite que a legenda assuma um discurso em que mostre efetivamente sua capacidade de combater aquilo que tentará imputar a Lula e ao PT em matéria de corrupção. Por sinal, em se tratando de indefinição, a legenda sequer consegue provar se é governo ou não, comportando-se de maneira dividida em relação a Michel Temer e suas demandas congressuais.

O problema da centro-direita, no entanto, não está apenas na indefinição do PSDB. As demais legendas não fazem discursos de quem aguardam os tucanos. Pelo contrário: o DEM fala em Luciano Huck, o PSD trabalha com a melhora da economia e o nome de Henrique Meirelles, o PP havia tentado pensar no fustigado ministro Blairo Maggi e o PMDB é uma confederação que raramente fecha posição em torno de um candidato. O que será de todo esse complexo tabuleiro de alternativas? Diante de indecisões, Geraldo Alckmin ensaiaria voos mais associados ao campo da esquerda moderada. Com o PSB e o PPS buscaria uma aliança, mas a pergunta central é: do que o PSDB abrirá mão nos estados, onde é forte, em nome de apoio nacional? Essa pergunta é absolutamente central, e até meados de 2018, certamente, uma série de reviravoltas atreladas a acordos, delações, definições, acusações etc. serão assistidas. A estabilidade desejada por alguns está muito distante de fazer sentido.